

A singularidade do totalitarismo em Hannah Arendt

José João Neves Barbosa Vicente *

Resumo: A partir da análise da obra *Origens do totalitarismo* (1990), este artigo apresenta de um modo introdutório, alguns motivos que levaram Hannah Arendt a denominar o totalitarismo de acontecimento singular na história da humanidade.

Palavras-chave: Tirania; Medo; Nazismo; Comunismo; Liberdade.

Abstract: From the analysis of the book *The Origins of Totalitarianism* (1990), this paper presents an introductory way, some reasons why Hannah Arendt called the totalitarianism of the singular event in the history of humanity.

Key words: Tyranny, Fear, Nazism, Communism; Freedom.



Fonte: <http://www.triplosentido.com.br/segreto/polico.htm>



* **JOSÉ JOÃO NEVES BARBOSA VICENTE** é Mestre em Filosofia pela Universidade federal de Goiás (UFG), aluno especial do curso de doutorado em Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor Assistente de Filosofia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Das várias contribuições de Hannah Arendt ao pensamento político-filosófico ocidental, a análise do fenômeno totalitário se encontra certamente entre as principais.

Ela desvendou para o mundo, em *Origens do totalitarismo*, uma forma de dominação singular e sem precedentes, possibilitada principalmente pelo aparecimento do *homem massa*¹ e demonstrou ser possível o mal radical, até então absolutamente inconcebível pela nossa tradição de pensamento.

Estamos, segundo ela, em presença de um regime inédito; isto é, nunca existiu nada que lhe fosse semelhante. Portanto, em vão se procurarão os traços ou as premissas em experiências anteriores, a não ser que se caia em generalidades e redundâncias: crueldade, despotismo, tirania, ditadura, etc.

Sabemos que houve muitas tiranias sangrentas antes do século XX, como nos lembra, por exemplo, Fukuyama (1992, p.32), sabemos também, que a

tiranía diocleciana, ou a dos *shoguns*, no Japão, por exemplo, acentuaram de maneira especial a aquiescência da população ao controle centralizado. Ambos os sistemas, como nos lembra Brzezinski (1963, p.16.), implantaram uma atmosfera de medo, através de um sistema de informação de polícia secreta².

Sabemos também, que a história é uma estrada jurada de cadáveres e de aspiração ao controle total, de alguns tentando desesperadamente impor a qualquer custo as suas idéias para dominar integralmente as vontades alheias, matando, mentindo e oprimindo, todavia, não significa de maneira alguma que o horror, os massacres e as catástrofes tenham regularmente os mesmos aspectos.

Muitos aspiraram ao controle total, sim, sabemos disso também, como nos lembra Latey (1980, p.128.), porém, sabemos também, que nenhum tornou-se tão integralmente totalitário e cruel em seu domínio quanto Hitler, com o seu “raciocínio frio como gelo” e Stalin, com a “impiedade da sua dialética” (ARENDT, 1990, p.524.).

Tanto o comunismo como o nazismo, se acham no dever de realizar todas as suas idéias, não importa se têm de matar, aliás, eles, como nos lembra Besançon (2000, p.9), “se colocam como objetivo chegar a uma sociedade perfeita, destruindo os elementos negativos que

¹As massas que segundo Hannah Arendt, existem potencialmente em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto, indivíduos isolados sem qualquer sentimento claro de integração, em grupo ou classe, com fracassos pessoais, economicamente inseguros, ambiciosos para escapar do curso arbitrio, inteligível, de suas vidas diárias para a coerência fictícia de uma ideologia, contribuíram para o “sucesso” do totalitarismo. Essa massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apática ou estúpida para lhes merecerem a atenção, serviu de fonte para que os movimentos nazistas e comunistas recrutassem seus membros. O totalitarismo atrai essas pessoas desapegadas e lhes inculca lealdade, graças à sua propaganda megalomaniaca, oferecendo-lhes como meta a dominação mundial e inimigos por toda parte para temer e odiar.

² Fukuyama, por exemplo, aponta ainda, para o fator “tecnologia” utilizada a serviço do mal, como fundamental para os genocídios perpetuados pelos regimes totalitários da Alemanha de Hitler e da Rússia de Stalin. Segundo o autor, é essa “capacidade tecnológica”, ausente nas tiranias antigas que caracteriza fundamentalmente o totalitarismo, levando-o a ambição tão grande, como a eliminação de uma classe inteira de pessoas, como os judeus da Europa ou os kulaks da União Soviética.

se opõem a ela... ambos se dão o direito – e mesmo o dever – de matar”.

O totalitarismo é, sem dúvida, uma forma de governo que desafia absolutamente, qualquer tipo de expressão mais antiga utilizada por Aristóteles ou Montesquieu, para conceitualizar as formas de governo ao longo da história³. Quem sabe, totalitarismo seja a palavra que Tocqueville (1977, p.531) estava procurando quando, em uma das suas passagens proféticas, escreveu:

não creio, pois, que a espécie de opressão de que povos democráticos se acham ameaçados se assemelha a algo do que a precedeu no mundo; nossos contemporâneos não poderiam encontrar na lembrança a sua imagem. Em vão procuro uma expressão que reproduza exatamente a idéia que tenho e que a encerre; as antigas palavras, despotismo e tirania, não convêm de maneira alguma. O fenômeno é novo; é preciso, pois, defini-lo, já que não posso dar-lhe um nome.

Chamar o totalitarismo de tirania ou despotismo, ou simplesmente identificá-lo com os despotismos ocidentais do passado mais remoto, com as monarquias absolutas da Europa da era moderna, com as tiranias das antigas cidades gregas, com o Império Romano, com a tirania das cidades-estados da Renascença italiana ou com as ditaduras

³ Até o advento de Montesquieu, havia reinado, sem contestação, a classificação das formas de governo exposta por Aristóteles, e por toda parte admitia-se que os governos podiam dividir-se em monarquia, aristocracia e democracia. Montesquieu propôs a substituição dessa classificação por uma outra, que tenderia, com maior propriedade a realidade das coisas. Dividiu os governos em despóticos, monárquicos e republicanos, subdividindo ao mesmo passo as repúblicas em aristocráticas e democráticas.

militares bonapartistas, é certamente equivocado.

Se ele pudesse ser realmente, identificado com esses tipos de males do passado, certamente não causaria tão grande impacto, e muito menos seria uma tarefa difícil compreendê-lo, pois estaríamos pisando “em terra firme”, nos lembra Hannah Arendt, “pois cremos ter herdado, junto com os males do passado, a sua sabedoria para nos orientar em meio a eles” (ARENDT, 1993, p.41.)⁴.

Apenas duas marcas registradas caracterizaram as tiranias ao longo dos tempos:

de um lado, o poder arbitrário, sem freio das leis, exercido no interesse do governante e contra os interesses dos governados; e de outro, o medo como princípio de ação, ou seja, o medo que o povo tem pelo governante e o medo do governante pelo povo (ARENDT, 1990, p.513.).

Algo importante a ser salientado é que, nessas tiranias, a pessoa tinha a liberdade de pelo menos, escolher a oposição, uma liberdade limitada sim, pois sabia que corria o risco de ser torturada ou morta; porém, uma liberdade recusada à vítima do sistema totalitário. Pois, o totalitarismo só se contenta, quando eliminar não apenas a liberdade em todo sentido específico, mas a própria fonte da liberdade que segundo Hannah Arendt, está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo. Conforme nos lembra Hitler (1983,

⁴ Para a autora, não são as formulações teóricas que distingue o totalitarismo das tiranias passadas. Aliás, a nível da “teoria pura e dos conceitos isolados, pode ser mesmo que não haja absolutamente nada de novo”; e uma análise apenas a esse nível, nos desviará concerteza, do seu impacto, da sua singularidade presente na sua atuação prática.

p.252), por exemplo,

a missão principal dos Estados Germânicos é cuidar e pôr um paradeiro a uma progressiva mistura de raças. A geração dos nossos conhecidos fracalhões de hoje naturalmente gritará e se queixará de ofensa aos mais sagrados direitos dos homens. Só existe, porém, um direito sagrado e esse direito é, ao mesmo tempo, um dever dos mais sagrados, constituindo em velar pela pureza racial, para, defesa da parte mais sadia da humanidade, tornar possível um aperfeiçoamento maior da espécie humana. O primeiro dever de um Estado nacionalista é evitar que o casamento continue a ser uma constante vergonha para a raça e consagrá-lo como instituição destinada a reproduzir a imagem de Deus e não criaturas monstruosas, meio homem meio macacos. Protestos contra isso estão de acordo com uma época que permite qualquer degenerado reproduzir-se e lançar uma carga de indizíveis sofrimentos sobre os seus contemporâneos e descendentes, enquanto, por outro lado, meios de dividir a procriação são oferecidos à venda em todas as farmácias e até anunciados pelos camelôs, mesmo quando se trata de pais sadios.⁵

⁵ Apesar desse “brilhante” discurso de Hitler em defesa da raça, que, aliás, como sabemos foi o principal fundamento do nazismo, todavia, ele próprio, declarou a Rauschning não acreditar no “mito do século XX”, na raça: “Também sei bem como os vossos intelectuais, os vossos poços de sabedoria, que não existem raças no significado científico da palavra. Mas vós que sois um agricultor e um criador, vós certamente sois obrigado a vos basear na noção de raça, sem a qual toda a criação seria impossível. Ora bem, eu que sou um homem político, também tenho necessidade de uma noção que me consinta romper uma ordem enraizada no mundo de contrapor à história a destruição da história. Entendeis o que vos estou querendo dizer? É necessário que eu libere o mundo de

Portanto, no mundo totalitário, realizar um ato voluntário nada mais é, do que a garantia de um castigo máximo que qualquer outro poderia sofrer de qualquer modo. No mundo totalitário, a pessoa já nem pode salvar-se através de uma morte *dotada de sentido*, praticando um ato heróico, visto que essa morte com sentido se dissolvera no meio dos incontáveis mortes arbitrários de pessoas que nada fizeram contra a lei totalitária.

O totalitarismo que segundo F. Sheen (1961, p.22.) exige “o domínio total do homem – do homem todo, corpo e alma”, e visa “o controle dos mais recônditos setores do espírito”, e que D. Bell (1980, p.260.), caracterizou como uma “eliminação de todas as instituições intermediárias, entre as ‘massas’ e líder”, uma forma de governo que “não tolera oposição”, nas palavras de A. Brecht (1965, p.566.), “a maior desgraça que, no século XX, atingiu o continente europeu”, segundo A. Touraine (1996, p.10.), “o único tipo distintamente moderno de governo”, na opinião de B. Crick (1981, p.4.), ou ainda, de acordo com G. Sartori (1994, p.261.), “um nome novo para algo até então sem nome”, é definitivamente, uma forma de governo inclassificável dentro dos moldes da filosofia política (ARENDT, 1990, pp.339-340.). Nem a autoridade de Aristóteles, nem de Montesquieu podem nos auxiliar nesse caso, o totalitarismo

destruiu a própria alternativa sobre a qual se baseiam, na filosofia política, todas as definições da essência dos governos, isto é, a alternativa entre o governo legal e o ilegal, entre o poder arbitrário e o poder legítimo (ARENDT, 1990,

seu passado histórico... Com a noção de raça, o nacional-socialismo levará a sua revolução até a fixação de uma nova ordem no mundo” (Cf. BODEI, 2000, p.120.).

p.513.).

Em sua ação total, o totalitarismo liberta-se de tudo aquilo capaz de oferecer-lhe resistência. Liberta-se da legalidade e se coloca acima de qualquer objetividade e estabilidade da lei positiva ao afirmar “obedecer rigorosa e inequivocamente àquelas leis da Natureza ou da História que sempre acreditamos serem a origem de todas as leis” (ARENDT, 1990, p.513.).

Na verdade, ele substitui o estado de direito pela lei de movimento perpétuo, pela lei “verdadeira”, pela lei “absoluta”, pela lei que “incontestavelmente” lhe dá o “direito de matar” em nome de um domínio total, e cada uma das suas iniciativas pretende inscrever-se única e exclusivamente nessas leis preexistentes: as leis biológicas da natureza, ou as leis sociais da História.

O Führer tem, nesse sentido, por missão interpretar as leis da Natureza e deduzir o que é bom e são para o povo alemão; Stalin está encarregado da interpretação das leis da História, a partir das quais elabora máximas da ação imediatamente aplicáveis à sociedade soviética e ao movimento comunista internacional, e é da lei da Natureza e da História eliminar tudo o que é prejudicial ou incapaz de viver⁶. Assim, mesmo pelo absurdo, o totalitarismo manifesta, uma das dimensões essenciais do direito: o direito é uma resposta à necessidade humana fundamental de *estabilidade*.

Liberta-se também da realidade através da *ideologia*⁷. Essa “lógica de uma

idéia” que no fundo, é a expressão da vontade do chefe, despreza totalmente os fatos e as opiniões. Elimina-os totalmente, mesmo que esses fatos ou opiniões representem milhões de indivíduos.

No mundo totalitário, a ideologia é o instrumento essencial para explicar absolutamente e de maneira total o curso da história: “os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro” (ARENDT, 1990, p.521.).

Por um lado, a ideologia forma um sistema de interpretação definitiva do mundo, mostra uma pretensão omni-explicativa, por outro lado, afirma desde logo o seu caráter irrecusável, infalsificável. Ela é mobilizada para que ninguém jamais comece a pensar, ou pelo menos, como nos lembra Bauman (2000, p.94.), para tornar o pensamento dos indivíduos “impotente, irrelevante e sem influência para o sucesso ou fracasso do poder”. Ela arruína todas as relações com a realidade e constrói um

Destuty de Tracy (1754-1836). Ele definia a ideologia como a ciência exata das idéias em oposição às hipóteses da metafísica. A palavra ganhou conotações políticas, Quando Napoleão usou o termo ideólogos para denegrir não só intelectuais como Tracy, mas também todos os homens de idéias, alegando estarem eles cegos para a realidade histórica em suas buscas de verdades abstratas e serem eles problemáticos apregoadores de idéias em sua luta pela reforma e pelo progresso. Sem querer dar explicações sobre a origem da palavra, Hannah Arendt ressalta de que as únicas ideologias que sobressaíram e praticamente derrotaram todas as outras, foram: a ideologia que interpreta a história como uma luta econômica de classes, e a que interpreta a história como uma luta natural entre raças. Ambas atraíram as massas de tal forma, que puderam arrolar o apoio do Estado e se estabelecer como doutrinas nacionais oficiais. E deixa um aviso importante: as grandes potencialidades das ideologias não foram descobertas antes de Hitler e Stalin (Cf. ARENDT, 1990, pp.189, 520.).

⁶ Ao acreditar nessas leis, e ao assumir a existência de “raças inferiores” ou de “classes agonizantes”, o totalitarismo procura convencer a todos, que ao exterminá-las, está-se apenas acelerando o curso natural das coisas.

⁷ A palavra *ideologia* apareceu pela primeira vez no final do século XVIII. Inventada por um discípulo obscuro de John Locke, o francês

mundo fictício e logicamente coerente.

Por último, o totalitarismo liberta-se da pluralidade, ao exigir a unanimidade e não tolerar nenhum tipo de debate de opiniões. Nada além de obedecer rigorosamente e incondicionalmente as ordens do chefe. Afinal, debater para quê, se tudo está “explicado” e “esclarecido”.

Todas essas “libertações totalitárias” são levadas a cabo pelo terror implacável. Por isso, o totalitarismo resumidamente é definido por Arendt (1990, p.526), como “uma forma de governo cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico”. Uma mistura, de acordo com a nossa autora, nunca antes usada nas várias formas de domínio político.

Ora, se tudo o que se falou anteriormente, fosse simplesmente um delírio de Hitler e de Stalin, ou permanecesse apenas ao nível teórico, ou ainda, se pelo menos, esses dois monstros tivessem pensado simplesmente como Platão, por exemplo, de que a única maneira de dar segurança ao mundo dos negócios humanos é impedir o homem de agir, de tomar iniciativa, através de um chefe que tudo sabe e tudo decide com maior rigor e certeza, talvez a história da humanidade não seria manchada por essa barbárie.

Todavia, infelizmente, para Hitler e Stalin, não existem limites entre pensar ou desejar e fazer. Ou seja, para eles, “tudo é possível”. Se ao nível do pensamento ou da vontade, um governo total e seguro é real, é possível também torná-lo real na prática. Basta contar com o terror total, para que o mundo torne-se um espelho fiel das premissas ideológicas:

Em lugar das fronteiras e dos canais

de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas... Pressionando os homens, uns contra os outros, o terror total destrói o espaço entre eles (ARENDR, 1990, p.518.).

Para garantir a propagação e aceitação absoluta da sua lógica como única explicação e a única verdade, e ter a certeza de que ninguém possa contrariá-la, o totalitarismo não se contenta simplesmente em *isolar*⁸ os homens. Ou seja, colocá-los numa situação, onde por definição, de acordo com a compreensão arendtiana, eles não podem agir, não podem se revelar, pois, sozinho, sem ninguém para agir com ele, é, da perspectiva de Hannah Arendt, absolutamente impossível de um

⁸ Hannah Arendt faz uma distinção fundamental entre “estar isolado” e ‘estar solitário’. Ou seja, estar isolado, é estar “numa situação em que não posso agir porque não há ninguém para agir comigo”. Enquanto que, estar solitário, é estar “numa situação em que, como pessoa, me sinto completamente abandonada por toda companhia humana... O isolamento se refere apenas ao terreno político da vida, a solidão se refere à vida humana como um todo” (ARENDR, 1990, p.527.). Posso estar *isolado*, ou seja, numa situação em que não posso agir porque não há absolutamente ninguém para agir comigo, sem que esteja *solitário*; e posso também, estar solitário, ou seja, numa situação em que, como pessoa, me sinto completamente abandonada por toda companhia humana, sem no entanto, estar isolado. Melhor dizendo, da perspectiva de Hannah Arendt, enquanto o isolamento se refere apenas ao terreno político da vida, a solidão, por sua vez, se refere à vida humana como um todo. O homem isolado que perdeu o seu lugar no terreno político da ação é também abandonado pelo mundo das coisas, quando já não é reconhecido como *homo faber*, mas tratado como *animal laborans*, cujo necessário “metabolismo com a natureza” não é do interesse de ninguém. É aí que, da perspectiva de Hannah Arendt, o isolamento se torna, então, solidão.

homem agir.

Ele quer mais, vai a ponto de mudar a “natureza humana”, de “fabricar um novo homem”. Um Homem-Único: aquele essencialmente capaz de se adequar absolutamente e incondicionalmente aos moldes do regime: uma obediência cega.

Referências

ARENDT Hannah. **A dignidade da política**. Tradução de Antônio Abranches., et ali. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BELL, Dniel. O fim da ideologia. **Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB**, 1980

BESANÇON Alain. **A infelicidade do século**: sobre o comunismo, o nazismo e a unidade da shoah. Tradução de Emir Sader. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BODEI, Remo. **A filosofia do século XX**. Tradução de Modesto florenzano. São Paulo: EDUSC, 2000.

BRECHT, Arnord. **Teoria política**: fundamentos do pensamento político do século XX. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

CRICK, Bernard. **Em defesa da política**. Tradução de Juan Sobrinho. Brasília: UnB, 1981.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Tradução de Auly Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1965.

HITLER, Adolf. **Minha luta**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

LATEY, Maurice. **Ditadura**: ontem e hoje. Tradução de Alda da Fonseca. Rio de Janeiro: Novo Tempo, 1980.

TOCQUEVILLE, Alex. **A democracia na América**. Tradução de Neil Ribeiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elias Ferreira Edel. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.